

“PAPEL DAS EMPRESAS FUMANGEIRAS NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO.

FABIO LUIS MAIA¹

DAVID LORENZI JÚNIOR²

RESUMO

O presente artigo tem como descrever as ações sociais desenvolvidas pelas organizações do setor fumageiro de Santa Cruz do Sul, nas comunidades nas quais essas estão inseridas. Foram pesquisadas, no primeiro semestre de 2004, 05 empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul que realizaram ações, definidas sob o título de responsabilidade social, e que concordaram em participar da pesquisa, no ano de 2003, bem como os setores da comunidade que foram alvo daquelas ações.. Especificamente nos dados levantados na pesquisa de campo feita junto às indústrias fumageiras e instituições (grupo burocrático) podemos evidenciar que as ações sociais, desenvolvidas em Santa Cruz do Sul, durante o ano de 2003 nos permitem evidenciar que as ações sociais são de suma importância para o desenvolvimento da comunidade onde estão inseridas.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Regional, Responsabilidade Social

ABSTRACT

SUMMARY

The present article has as describing the social actions developed by the organizations of the section tobacco companies of Santa Cruz do Sul, in the communities in which those are inserted. They were researched, in the first semester of 2004, 05 tobacco companies of Santa Cruz do Sul that accomplished actions, defined under the title of social responsibility, and that you/they agreed in participating in the research, in the year of 2003, as well as the community's sections that were white of those actions.. Specifically in the lifted up data in the field research made the industries tobacco companies and institutions close to (I group bureaucratic) we can evidence that the social actions, developed in Santa Cruz do Sul, during the year of 2003 they allow to evidence us that the social actions are of addition importance for the community's development where you/they are inserted.

Key-Words: Regional Development, Social Responsibility

¹ Administrador e Mestre em Desenvolvimento Regional/UNISC e Professor Faculdade Dom Alberto-Brasil

² Administrador , Mestre em Desenvolvimento Regional /UNISC e Professor SENAC/RS e Faculdade Dom Alberto-Brasil/ e-mail: davilorenzi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Um dos traços mais impactantes da recente evolução da economia mundial tem sido a integração dos mercados e a queda das barreiras comerciais. Para grande parte das empresas, isso significou a inserção, muitas vezes forçada, na competição em escala global.

Em curto espaço de tempo, elas viram-se compelidas a mudar radicalmente suas estratégias de negócios e padrões gerenciais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades decorrentes da ampliação de seus mercados potenciais, do surgimento de novos concorrentes e novas demandas da sociedade.

Segundo Matias (1999), no mundo onde o paradigma “pensar globalmente e agir localmente” é assumido como desafio estratégico, nada mais adequado do que encontrar na responsabilidade social a solução que satisfaça os anseios da comunidade, ao mesmo tempo em que se agrega valor à corporação. No âmbito nacional, existem problemas básicos que merecem atenção como educação, saúde, desemprego, violência e destruição da natureza.

Com esta realidade, as organizações assumem na sociedade uma posição mais ampla, surgindo da discussão sobre o seu papel como agentes sociais no processo de desenvolvimento e como são levantadas necessidades das comunidades nas quais as organizações estão inseridas.

Esse estudo surgiu da necessidade de uma investigação que priorize o papel social do mundo organizacional, uma vez que a sociedade e o meio ambiente recebem direta ou indiretamente os impactos das ações empresariais. As questões sociais estão sendo cada vez mais exigidas pela sociedade e pelas empresas.

Com base no exposto, a questão central desta pesquisa (problema) é: as ações sociais desenvolvidas pelas organizações do setor fumageiro de Santa Cruz do Sul, as quais atuam socialmente, são eficazes no atendimento das “demandas” das comunidades nas quais essas estão inseridas? Isto é, o que vem sendo feito, sob o título de Responsabilidade Social, surte efeito na sociedade em termos do que os agentes atingidos esperam e como eles avaliam aquelas ações?

Especificamente, nos questionamos se as empresas, as quais atuam sob a idéia de Responsabilidade Social, estão promovendo, sob o ponto de vista da(s) comunidade(s) atingidas: (1) inclusão dos setores excluídos; (2) alternativas e demandas das comunidades e como consequência (3) gerando desenvolvimento de forma equilibrada (social, econômica e ambientalmente equilibrado), ou seja, tentando romper com a exclusão e as desigualdades internas das regiões onde elas atuam.

A proposta deste estudo foi identificar a eficácia das ações sociais em termos do atendimento das demandas das comunidades regionais das empresas da indústria fumageira de Santa Cruz do Sul, que atuaram socialmente, durante o ano de 2003, na concepção de desenvolvimento regional.

O objetivo geral do estudo foi identificar, a partir de um estudo descritivo, descrever ações sociais (definidas sob o título de “responsabilidade social”) promovidas pelas indústrias fumageiras da região de Santa Cruz do Sul.

1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

1.1 A Questão do Desenvolvimento

Conforme aponta Becker (1999), o desenvolvimento compreende ações interativas entre países, estados, instituições, organizações, empresas, entidades representativas da sociedade e pessoas que, através da criação e implementação de estratégias e políticas, inferem modificações ambientais. Estas modificações visam articular, potencializar e redimensionar os recursos existentes, como também permitem inovar através de descobertas e criação de diferentes conceitos e modos de vida, produção, serviços e consumo.

O desenvolvimento igualmente se agrega à evolução técnico-científica, assim como a mudanças paradigmáticas, observando que modelos de desenvolvimento compreendem valores éticos e culturais socialmente aceitos de modo que o mesmo se processa de forma distinta em diferentes ambientes, contextos, países, regiões, estados e cidades.

Já o crescimento, na concepção de Esteva (2000), refere-se a um processo de mudanças de caráter predominantemente quantitativo, significando aumento em dimensão, volume ou quantidade, ou seja, para que haja crescimento deve ocorrer um processo de mudanças de caráter predominantemente quantitativo, significando aumento em dimensão, volume ou quantidade.

Não obstante, verifica-se uma interação entre os dois conceitos:

o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, geralmente observado em sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos que prevalecem nos países desenvolvidos. Assim, para ele o desenvolvimento é um processo de passagem de um sistema a outro (SINGER, 1977, p. 58).

Assim, o desenvolvimento regional é visto como uma possibilidade de educar e abrir novos espaços para o plural, onde a divergência desencadeia um caráter dinâmico que torna a democratização da sociedade um processo progressivo.

Conforme Becker (2000), o processo de desenvolvimento contemporâneo descentraliza e regionaliza a reprodução social da vida e, desta forma, a geografia dos gostos, dos desejos, das fantasias, das culturas, das economias, das políticas, das tecnologias, dos ambientes diferenciados e diversificados, tornando-se a mola propulsora deste desenvolvimento.

Diante desse contexto, cabe evidenciar que um dos principais agentes para o alcance do desenvolvimento é o Estado com seu papel regulador e dinamizador das ações de cunho social, político e econômico de um país. Atualmente, o Estado, enquanto instituição reguladora e promotora do bem-estar social e econômico, é diretamente influenciado pela globalização do mercado econômico.

Daí toda a discussão a respeito da intervenção do Estado na promoção do interesse público, nas suas mais diversas áreas e nos vários níveis de intensidade, conciliando a responsabilidade ou dever de conduzir uma economia de mercado estabilizada perante o sistema financeiro internacional, com os problemas sociais urgentes de uma sociedade necessitada, que ainda precisam ser resolvidos, principalmente nos países periféricos.

Conforme assevera Rattner (2001), a perda de credibilidade do Estado no Brasil foi consequência de uma sucessão de processos históricos. Na realidade brasileira, a crise instalou-se na década de 1980, no núcleo da superinstituição do Estado, contaminando gradativamente toda sua poderosa engrenagem e exacerbando esses anacronismos, correlaciona-se com vários e convergentes fatores.

Ela foi, de início, crise de legitimidade do Estado autoritário, patrocinando, desde meados da década de 70, abertura política cujo processo pretendia manter sob controle. De uma parte, a recessão de 1981-83 encarregou-se de desautorizar aquela justificativa; de outro, os rumos da democratização ganharam autonomia e fôlego, escapando de sua tutela, em particular com as eleições diretas para governadores dos estados e para o congresso nacional em 1982.

Nesse contexto, conforme assevera Santos (1998), a crise do papel do Estado brasileiro foi e ainda é de natureza financeira e resulta, em particular, da ampliação do fosso entre as receitas próprias da união e suas necessidades de financiamento. Tal fato explica-se pela incapacidade de sustentar o crescimento que determinou queda, ou redução do ritmo de expansão da arrecadação; pela ineficiência crescente do aparelho fiscal; pelo estancamento dos fluxos de recursos externos; e pela perda gradativa do poder de geração de poupança interna, compulsória ou voluntária.

Consoante a Santos (1998), a crise foi, finalmente (e de certo modo ainda é), existencial, no sentido de afetar os alicerces institucionais e a identidade do próprio ente estatal: sua razão de ser e consciência de si mesmo; sua capacidade decisória e sua funcionalidade. Neste contexto, há uma mudança de paradigmas e toda uma nova conceituação a respeito das questões sociais, soberania,

hegemonia, entre tantas outras que passam por alterações frente ao novo Estado-nação, Estado fraco ou mínimo.

1.2 A Crise do Papel do Estado e sua a relação com o Terceiro Setor

Nos primeiros anos da década de 90, identificava-se um quadro desalentador no Brasil: altos índices de inflação, diminuição da atividade econômica, déficit público elevado, concentração da renda radicalizando a desigualdade social. Um sistema político fragilizado, depois de 20 anos de ditadura militar, carregava o fardo do autoritarismo e da carência de canais de participação e articulação.

A herança do subdesenvolvimento verificava-se na ampliação dos segmentos sociais que engrossavam os contingentes de excluídos. Embora tenha havido avanços na área econômica, a situação social do Brasil continua sendo preocupante.

Segundo dados do BIRD (1998), o Brasil apresentava, em 1996, uma taxa de analfabetismo de 17%, quando na América Latina a média era de 12%; a proporção de crianças trabalhando entre 10 e 14 anos foi reduzida para 16%, sendo que na América Latina a taxa é de 12%.

Este quadro sinaliza as consequências de uma profunda crise estrutural pela qual está passando não apenas o Brasil, mas grande parte dos países da América Latina. Esta crise, além de aprofundar os graves problemas socioeconômicos existentes, ressalta a ineficiência do Estado no atendimento das demandas públicas.

A deterioração da capacidade do Estado em oferecer serviços públicos foi reflexo não apenas de uma crise econômica que restringiu os recursos financeiros disponíveis, mas também reflexo do esgotamento de um modelo de gestão que não conseguiu atender com eficácia às demandas da sociedade civil cada vez mais complexas e variadas.

A reforma do papel do Estado e suas interações com os diversos atores sociais era uma questão crucial diante da nova realidade. Na visão de Santos (1998), a questão da reforma do Estado é uma questão intrigante. Dos dois paradigmas de transformação social da modernidade, a revolução e o reformismo, o primeiro foi pensado para ser exercido contra o Estado e o segundo para ser exercido pelo Estado. Para o reformismo, o paradigma que acabou por dominar nos países centrais e que posteriormente veio a se estender a todo o sistema mundial, a sociedade é a entidade problemática e, como tal, objeto de reforma.

O Estado perdeu muito de sua capacidade de orientar e regular as atividades sociais à medida que foi espoliado e dilapidado pelas elites e não consegue mais atender às necessidades básicas das populações carentes.

Uma política fiscal e monetária elitista invocada para legitimar as privatizações, ou seja, a transferência desavergonhada do patrimônio público construído com os recursos da nação para as

mãos da iniciativa privada, afasta as esperanças de se reerguer uma sociedade de bem-estar, fundamentada nos Direitos Humanos e na responsabilidade e solidariedade de todos os cidadãos.

A luta pela democracia, pela justiça social e pelos Direitos Humanos passa necessariamente pela reforma do Estado, do sistema eleitoral e da representatividade política, como condição *sine qua non* de acesso dos cidadãos aos mecanismos decisórios e da conquista do direito de participação plena na alocação de recursos sempre escassos.

Como resultado dessas transformações, surgiu um Estado democrático e descentralizado composto por inúmeras comunidades e usufruindo mais ampla autonomia na gestão de seus destinos, porém, conscientes da necessidade de cooperação e interdependência para assegurar a sobrevivência de todos.

A partir dessa nova visão cooperativista, o Terceiro Setor surge como uma nova proposta de ação tripartite entre o poder público, a sociedade e a iniciativa privada, ensejando mobilizar os recursos privados para fins públicos rompe com a tradição inversa e perversa representada pela apropriação privada dos recursos públicos.

Paradoxalmente, o fortalecimento da sociedade civil no Brasil deu-se no bojo da resistência à ditadura militar. No momento em que o regime autoritário bloqueava a participação dos cidadãos na esfera pública, microiniciativas na base da sociedade foram inventando novos espaços de liberdade e reivindicação. Falava-se, então, muito de Estado e pouco de Mercado. Repressão política e dominação econômica interpenetravam-se e reforçavam-se mutuamente.

Ao mesmo tempo em que o Estado demonstrava sinais de falência, a sociedade não permaneceu imobilizada: houve o florescimento de alternativas à prestação de serviços públicos, em sua maioria, específicas em seu escopo e limitadas em sua abrangência, nas áreas de saúde, educação e assistência social, proporcionada por grupos sociais não-institucionalizados, organizações da sociedade civil, Ongs, fundações privadas, entre tantas outras formas de organização que possuíam as características de serem, simultaneamente, não-governamentais e não-lucrativas.

Conforme Rattner (2001), a solidariedade, sempre presente nas relações interpessoais, nas redes de vizinhança e ajuda mútua, inspira a ação de movimentos voltados para a melhoria da vida comunitária, defesa de direitos e luta pela democracia. É deste encontro da solidariedade com a cidadania que vão surgir e se multiplicar as organizações não-governamentais de caráter público.

Na visão de Carr (1999), valorizar a co-responsabilidade dos cidadãos não significa tampouco eximir o Governo de suas responsabilidades. Significa, isto sim, reconhecer que a parceria com a sociedade é que permite ampliar a mobilização de recursos para iniciativas de interesse público.

No mundo contemporâneo, a democracia como exercício quotidiano não é mais possível sem a presença e ação fiscalizadora dos cidadãos. O papel de uma sociedade informada e atuante não é o de esperar tudo do Estado. Cuidar junto aparece, cada vez mais, como alternativa eficiente e democrática.

Reivindicação e conflito passam a coexistir, segundo os momentos e as circunstâncias, com diálogo e colaboração. Nos anos 90, surge a palavra parceria enquanto expressão de um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade.

O Estado começa a reconhecer que as Ongs acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimentos sobre formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais que as qualificam como interlocutores e parceiros das políticas governamentais. O Mercado, antes distante, para não dizer indiferente às questões de interesse público, começa a ser penetrado pela noção de responsabilidade social e passa a ver nas organizações sem fins lucrativos canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial na área social, ambiental e cultural.

Conforme Marton (2001), a afirmação deste novo perfil participante e responsável da sociedade brasileira traduz-se na busca de novas formas de articulação entre organizações do Terceiro Setor, órgãos governamentais e empresas. Observa-se, então, que o embrião das Ongs dá-se na participação da sociedade organizada que busca, junto com todos os atores sociais envolvidos, compreender, a partir das diferenças, uma forma de promover o desenvolvimento social, político e econômico em uma vertente o mais ampla possível.

A colaboração trans-setorial assume os contornos de um desenho de geometria variável. Através da experimentação de ações em parceria, Governo e sociedade começam a aprender a pensar e agir juntos, identificando o que cada um faz melhor e somando esforços em prol de objetivos de interesse comum.

Por fim, mesmo inserida em questionamentos que precisam ser apurados, a responsabilidade social passa a ser um assunto que não pode faltar na agenda das empresas brasileiras, pois serve para preencher a exigência da competitividade empresarial (a qual não é o foco deste trabalho) e passa a exercer também tarefas até então de exclusividade do Estado, tais como a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Cabe destacar que o ponto de partida para o desenvolvimento da responsabilidade social centra-se na compressão do *welfare state* e seu esgotamento total devido ao agravamento das desigualdades e demandas sociais não atendidas, em seu lugar, surgem *welfare state* moderno, onde as funções do Estado são revistas. Aumenta o papel social das empresas, surge o terceiro setor, com suas organizações não-governamentais, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos.

1.3 A Responsabilidade Social Corporativa

Com base no exposto, torna-se mister identificar a importância da responsabilidade social como um instrumento de mudança social de uma comunidade. Conforme Rabaça (2002), uma empresa socialmente responsável deve ser aquela que tem em conta os problemas sociais existentes na comunidade em que opera; que entende que a incorporação de populações relegadas ou excluídas do

mercado é necessária para o próprio desenvolvimento empresarial; que assume os desafios do desenvolvimento, treinando e melhorando a capacidade de seu corpo gerencial; que contribui para criar um marco institucional democrático, transparente e confiável; que cria práticas que refletem as preocupações e os valores da empresa em todos os níveis hierárquicos; que promove a conservação de recursos naturais e que estimula a participação de níveis executivos e gerenciais na vida da comunidade; que respeita e preserva a boa relação com os consumidores, fornecedores e clientes de modo geral; que atenta para a prática de princípios e valores dos negócios.

A responsabilidade social da empresa na comunidade deve ser condizente com os valores e prioridades locais, podendo ser implementada diretamente mediante apoio material e de serviços a projetos comunitários voltados às crianças e adolescentes carentes, educação, saúde, meio ambiente e trabalho.

A visão de Melo Neto e Froes (2001, p. 85) aponta que “responsabilidade Social pode ser compreendida, como uma ação das organizações de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exercem”, entretanto, destacamos que suas implicações também estão latentes no cotidiano do empresariado.

Todavia, cabe considerar que a evolução histórica da responsabilidade social, pois o exercício do pensamento acerca do trabalho social dos atores econômicos é uma prática que não é tão recente na história mundial. Nessa ótica cabe aqui destacar a distinção existente entre a filantropia que originou no contexto empresarial ações sociais como sendo as ações caridosas, típicas dos capitalistas do início do século XX, que utilizavam essa prática como forma de expiação dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis e a responsabilidade social propriamente dita.

Essa concepção é evidenciada assim:

A filantropia é individualizada, pois a atitude e a ação são do empresário que por sua vez não busca retorno algum, apenas o conforto pessoal e moral de quem o pratica. A responsabilidade social é uma atitude coletiva e comprehende ações dos empregados, diretores e gerentes, fornecedores, acionistas e até mesmo clientes e demais parceiros de uma empresa. É, portanto, uma soma de vontades individuais e refletem o consenso (MELO e FROES, 2001, p.28).

Pode-se remontar a pelo menos um século desde as primeiras manifestações ocorridas nos Estados Unidos. Contudo, a visão de responsabilidade social, naquela época, dava importância ao que o empresário realizava, em termos de ações filantrópicas, fora do seu expediente normal de trabalho, sendo, portanto, a responsabilidade social da empresa creditada aos atos beneméritos de seu proprietário.

Consoante a Montana e Charnov (1998), a abordagem clássica da Administração não se preocupava tanto com a responsabilidade social das empresas, mas com a responsabilidade dos homens da empresa. Com o passar dos tempos, o conceito começou a ganhar contornos mais amplos. Ao chegar ao interesse acadêmico, por volta da década de 60, nos Estados Unidos, o seu entendimento já era ligado à responsabilidade da empresa em si.

A partir desse movimento, a prática social das empresas passa a ser analisada através de diversos ângulos, originando significados que podem mudar de cultura para cultura. É bem provável que existam, até por influência cultural e de construção do conhecimento, choques conceituais em um mesmo universo de estudiosos do tema. Através do desenvolvimento das organizações e suas interações no contexto social nas quais essas estão inseridas, firmou-se a idéia de ampliação das responsabilidades da empresa.

Uma das principais dificuldades encontradas diz respeito à terminologia a ser utilizada para caracterizar a ampliação do papel social que a organização desempenha no ambiente que atua. A prática demonstrou preferência pelo termo *responsabilidade social* o qual, porém, após três décadas de uso, continua controvertido e de difícil precisão.

Uma definição de responsabilidade social corporativa que caracteriza bem o papel social das organizações como esta é entendida hoje é apresentada assim:

Responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (MELO e FROES, 2001. p. 88).

Ashley (2003) tem uma definição próxima à de Melo e Froes, porém, entendemos esta mais completa:

Trata-se do compromisso contínuo nos negócios pelo comportamento ético que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pressupondo a realização de decisões empresariais que sejam resultado da reflexão sobre seus impactos sobre a qualidade de vida atual e futura de todos que sejam afetados pela operação da empresa (ASHLEY, 2003, p. 35).

A definição de Ashley é a que melhor representa como a responsabilidade social empresarial é entendida hoje, pois concentra as principais dimensões envolvidas na Responsabilidade Social: (1) comportamento ético; (2) desenvolvimento econômico, social e ambiental e (3) qualidade de vida.

.Caracterização das empresas

1.3.1 Fumageira “A”

A indústria fumageira “A” possui 1.000 efetivos e 6.000 temporários, tem unidades fabris em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires e filiais de compra em Santa Catarina. A unidade industrial de

Santa Cruz do Sul é a maior fábrica beneficiadora de fumo do mundo. A empresa, durante o ano de 2003, desenvolveu suas ações sociais junto ao Rotary Clube Santa Cruz Oeste.

Por motivos de política interna da empresa, não foram disponibilizadas informações relativas ao balanço social da mesma.

1.3.2 Fumageira “B”

A Fumageira “B” possui três filiais de compra: duas localizadas nos municípios de Morro da Fumaça e Apiúna em Santa Catarina, e uma em São Mateus no sul do Paraná, inaugurada no ano de 2004. As filiais operam no mesmo padrão da matriz, adquirindo a totalidade dos fumos produzidos que são remetidos para Santa Cruz do Sul.

1.3.2.1 Relações com a Comunidade

A empresa desenvolve várias ações voltadas à área social, assim, a área de Responsabilidade Social, por exemplo, incentiva a participação de seus funcionários no Programa de Voluntariado Empresarial, que se envolve em doações, assessorias a escolas e instituições de amparo à família.

Os empregados fazem visitas regulares a instituições ou entidades. Um exemplo disso é a relação que a empresa mantém com o Instituto Humanitas de Santa Cruz do Sul.

A empresa apresentou uma receita líquida, no ano de 2003, da ordem de R\$158.199.000,00, sendo que 1,83% desse montante foi investido em indicadores sociais internos, 8,82% em indicadores sociais externos e 0,04% em indicadores ambientais, devidamente detalhados no respectivo balanço.

No que tange ao exercício da cidadania empresarial, a empresa diz apresentar um significativo grau de participação de todos os funcionários na definição dos projetos sociais e ambientais como, também, nos padrões de segurança e salubridade do ambiente.

Cabe destacar que a empresa declarou exigir de seus fornecedores os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social adotados em suas práticas; outro fator bastante significativo na análise do balanço social da empresa é o estímulo, segundo a empresa, que a Alta Administração propicia ao corpo funcional para que se participe em programas de trabalho voluntário.

1.3.3 Empresa “C”

A “C” tem seu escritório central fora de Santa Cruz do Sul e unidades de compra e processamento de fumo nas cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul.

Possui unidades de compra de fumo em Santa Catarina, nas cidades de Araranguá, Palmitos; e Rio Grande do Sul e estado do Paraná, na cidade de União da Vitória. Todo fumo adquirido naqueles estados é transferido para as unidades industriais de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, onde são

processados mais de 100 milhões de quilos de fumo por ano. Para o próximo ano, a empresa deverá ampliar sua capacidade para mais de 150 milhões de quilos de fumo.

O quadro funcional da fumageira é composto por 630 funcionários efetivos, além de 350 posições terceirizadas (principalmente nos setores de vigilância, limpeza, manutenção e refeitório) e ao redor de 3.000 temporários no auge da safra, que inicia em janeiro e termina em julho.

1.3.3.1 Relações com a Comunidade

A fumageira “C” mantém uma integração com as comunidades onde estão sediadas suas unidades, apoiando os eventos e promoções, colaborando com entidades de todo o tipo de movimentação que contribua para o desenvolvimento social, econômico ou cultural dessas unidades.

No ano de 2003, foram feitas contribuições para entidades benemerentes de diversas comunidades. A empresa vem reservando, todos os anos, uma verba substancial para doações a entidades que atuem com deficientes, abandonados, necessitados, idosos, dependentes químicos e saúde comunitária. Entre as entidades atendidas, destaca-se o Instituto Humanitas de Santa Cruz do Sul.

A empresa, a partir de um incremento da ordem de 137% de arrecadação, canalizou fortemente recursos financeiros voltados para os seus colaboradores, pois, conforme evidenciado no balanço social, houve, em 2003, um aumento de 32% em benefícios aos empregados. Observa-se também uma preocupação da empresa com a empregabilidade na região na medida em que, em 2003, o quadro de empregados teve um aumento de 10%.

Cabe salientar que as ações voltadas para a comunidade e para a cidadania, na cidade de Santa Cruz do Sul, tiveram um aumento significativo de 78%, em relação ao exercício de 2002.

1.3.4 Fumageira “D”

Destaque na produção e exportação de fumo, a empresa completou cem anos. Desde 1914, a empresa faz parte do segundo maior grupo do mundo no setor de cigarros, com 14,6% do mercado.

Fundada em 25 de abril de 1903, a fumageira em análise completou seu primeiro centenário, em 2003, como um dos cinco maiores grupos empresariais do Brasil e como líder no mercado de cigarros.

Atuando em todo o ciclo do produto, desde a produção agrícola de sua matéria-prima, o tabaco, passando pelo seu processamento e finalizando com a fabricação e distribuição, a companhia hoje atende diretamente cerca de 200 mil pontos-de-venda e atinge 77,7% de participação no mercado brasileiro, com 81,9 bilhões de unidades de cigarros comercializadas por ano.

Na produção de tabaco, são 45 mil famílias de produtores atuando em parceria, com a reconhecida assistência técnica da companhia. Além do processamento próprio, esta produção agrícola proporcionou, em 2002, mais de 103 mil toneladas em exportação para mais de 50 países.

Suas duas modernas fábricas, em Cachoeirinha (RS) e em Uberlândia (MG), possuem a capacidade instalada de 110 bilhões de unidades por ano e operam de acordo com a mais avançada tecnologia de processo e preservação ambiental.

1.3.4.1 Relações com a Comunidade

O fumageira “D” possui um instituto que assumiu a orientação do jovem rural, ao mesmo tempo, direciona também esforços para a continuidade e maturação dos programas anteriormente estabelecidos. Como destaque, o programa Cuidar, que celebrou feiras municipais de integração e atividades em 11 cidades.

A empresa não publica formalmente uma demonstração social que evidencie suas ações, por sua vez, evidencia um relatório descritivo de suas ações sociais que se concentram na erradicação do trabalho infantil no campo; no centro do país. Especificamente no Rio Grande do Sul, atua junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz do Sul – Escola de Educação Especial Interativa.

1.3.5 Fumageira “E”

A Fumageira “E”, fundada em 1974, desempenha sua atuação nos três estados da região sul do Brasil, mais especificamente nos municípios de Santa Cruz do Sul (RS), onde está localizada sua sede; em São Miguel do Oeste, Agronômica e Sombrio (SC); e na cidade de Rio Azul (PR).

Os principais produtos negociados pela empresa são os fumos do tipo Flue Cured Vírginia e o Burley. A comercialização estimada para a safra 2003/2004 é de 70 mil toneladas. Toda essa produção é distribuída em mais de 50 países nos cinco continentes.

Segundo a empresa:

as pessoas que fazem parte o dia-a-dia da empresa, sejam elas efetivas ou safristas, são integradas, capacitadas e valorizadas, de forma a garantir o máximo de suas potencialidades. Os colaboradores da fumageira atuam em um ambiente de trabalho onde a segurança, o desenvolvimento profissional, a qualidade de vida, o respeito às diferenças e ao cumprimento da legislação trabalhista vigente são rigorosamente atendidos.

1.3.5.1 Relações da empresa com a Comunidade

A promoção social é uma das áreas que tem recebido atenção incondicional da Fumageira “E”. Conforme a empresa, “o princípio de relacionamento da empresa para com a comunidade e as organizações do Terceiro Setor, é o de alcançar, com verdadeira efetividade, o desenvolvimento socioeconômico necessário à formação de uma sociedade mais justa e solidária”.

A empresa vem desenvolvendo uma série de ações sociais e de mudança cultural, cujo objetivo, de acordo com a própria empresa, é erradicar o trabalho infantil e irregular de adolescentes nas lavouras de fumo.

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se o Programa “O Futuro é Agora”, onde busca-se a conscientização dos produtores rurais sobre os males do trabalho precoce e a importância da educação para o futuro de seus filhos. Paralelamente, a fumageira realiza projetos próprios vinculados a melhoria da qualidade de vida da comunidade, em parceria com o Instituto Humanitas de Santa Cruz do Sul, busca contribuir para o resgate da auto-estima e socialização de idosos em situação de vulnerabilidade social, realizando tratamento odontológico e colocação de próteses dentárias. Há a extensão das ações no campo oftalmológico através de exames médicos e doação de óculos, bem como a atuação em aspectos educacionais, principalmente, na área da alfabetização.

A Fumageira “E” apresentou um incremento em sua receita líquida da ordem de 16%, o que repercutiu diretamente em investimentos no seu quadro funcional, considerando que a folha de pagamento teve, em 2003, um aumento de 31%. Esse dado implica na contratação de um número significativo de mão-de-obra, outro dado que merece destaque é no que tange ao público interno, em que houve o aumento da ordem de 18,36% na remuneração percebida pelos empregados da empresa. No ano de 2003, a empresa aumentou em 385,71% seu quadro funcional, onde, desses, 48% estão diretamente engajados em ações de responsabilidade social.

Um ponto relevante a ser destacado é o incremento nos investimentos na comunidade que aumentou em 39,17%, comparando o exercício social de 2002 em relação a 2003. Esse incremento pode ser analisado principalmente em duas correntes: (1) um aumento nos investimentos da ordem 4,59% em ações de promoção social e cidadania, comparando o exercício social de 2002 em relação a 2003; e (2) a empresa aumentou em 107,76% os seus investimentos em outras ações à comunidade; uma parte significativa desses recursos voltou-se para as demandas sociais, do Instituto Humanitas (entidade assistencial atendida por essa fumageira).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de globalização e reestruturação econômica, devido à introdução de novas tecnologias, vêm transformando o contexto econômico e social do capitalismo mundial e produzindo grandes avanços em todas as esferas da sociedade capitalista mundial, também, traz, em seu bojo, profundas transformações societárias, cujas consequências representam um aumento dos problemas de ordem social em suas tradicionais e novas formas, atingindo tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, redimensionando os valores que regem a vida em sociedade.

O triste paradoxo com o qual a sociedade atual convive – grandes inovações tecnológicas e agravamento dos problemas sociais – exige medidas de enfretamento que sejam tomadas pelos agentes econômicos em nível mundial, contemplando uma perspectiva de desenvolvimento econômico, social e humano sustentáveis às futuras gerações, o que requer um repensar dos valores universais que regem a vida em sociedade no sentido de uma transformação social dessa realidade em nível estrutural.

Nesse contexto, em que já não é mais possível permanecer indiferente à constante degradação da vida humana, de valores éticos universais e do ambiente natural, a responsabilidade social das empresas vem sendo questionada, pois é a empresa um dos mais importantes agentes de desenvolvimento econômico e, portanto, pode oferecer uma significativa contribuição à sociedade.

Ser socialmente responsável, tornou-se uma condição de sobrevivência no mundo dos negócios e, nessa ótica, o foco das discussões sobre o tema está na função econômica da empresa e nos novos desafios gerenciais impostos por um mundo globalizado, tornando a adoção da responsabilidade social pelas empresas um fator de competitividade e estratégia empresarial, outrossim, a responsabilidade social é discutida enquanto um compromisso social das empresas no enfrentamento aos diversos problemas sociais que afetam o mundo e para a construção de uma sociedade mais justa, social e economicamente responsável e sustentável.

A realidade nacional aponta que as necessidades básicas de grande parcela da população ainda não estão sendo supridas. Questões relativas à fome, à sobrevivência, ao desemprego e à exclusão social, dentre outras, remetem a outro patamar, a discussão acerca da responsabilidade social corporativa.

Essa situação vem sensibilizando empresários que, isoladamente ou em parceria com outras empresas e com organizações do terceiro setor, desenvolvem projetos, assim, utilizando recursos privados para o atendimento de interesses públicos, buscando desenvolver uma postura socialmente mais responsável e de co-responsabilidade no enfrentamento dos problemas sociais, reforçando conceitos de empresa-cidadã, cidadania empresarial e responsabilidade social empresarial.

Enfim, a responsabilidade social das empresas, em seu sentido mais amplo, significa agir corretamente, é o compromisso social com a questão social, com a vida em sociedade e com a dignidade humana; é a responsabilidade e o comprometimento das empresas com os problemas sociais que assolam o país e o mundo, tomando atitudes concretas para enfrentá-los de modo a efetivamente melhorar condições de vida, contribuindo para a sustentabilidade da sociedades e, como consequência, dos negócios.

No Brasil, é uma definição que está sintonizada com as necessidades, características e problemas sociais que afetam o país e apresenta também uma validade instrumental, pois atrela o desenvolvimento social a um modelo de gestão de negócios, que, na prática, acontece quando as decisões e ações tomadas pela empresa preservam e respeitam as diferentes partes interessadas e são afetadas pelas suas decisões.

A responsabilidade social, ao estar contemplada no modelo de gestão dos negócios, pressupõe não ser uma ação pontual, casuística, emergencial e humanitária, mas incorporada à cultura, à política e ao planejamento e ser exercitada no dia a dia de todos os que tomam as decisões nas empresas.

Um modelo de gestão de negócios alicerçado nos pressupostos citados, numa cultura de compromisso social norteador da responsabilidade social das empresas, contribuiria para a efetivação de uma transformação social da realidade vivida na sociedade brasileira.

Conforme evidenciado nos dados levantados na pesquisa de campo feita junto às indústrias fumageiras e instituições (grupo burocrático) inferir que as ações sociais, desenvolvidas em Santa Cruz do Sul, durante o ano de 2003 avaliam positivamente as ações sociais promovidas.

Este estudo buscou identificar as ações sociais desenvolvidas pelas indústrias fumageiras de Santa Cruz do Sul .As indústrias fumageiras pesquisadas desenvolvem ações de cunho social, voltadas para o atendimento da saúde comunitária, relacionadas à erradicação do trabalho infantil, entre outras.

Outrossim, salientamos que a responsabilidade social é vista pelas indústrias fumageiras como mais um instrumento de promoção junto à comunidade, pois evidenciamos fortes atenções em sistematizar, normatizar, padronizar as ações e muito pouco nas consequências dessas ações junto aos sujeitos atingidos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALMEIDA, F. Empresa e responsabilidade social. *Gazeta Mercantil*, p. 1-3, jun. 15, 1999.
- ARANHA, M.L.; MARTINS, M.H.P. *Filosofando. Introdução á Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- ASHLEY, P.A. *O que é responsabilidade social nos negócios?* Disponível em <<http://www.alternex.com.br/~patiagpucrio.htm>>. Acesso em 27 jul. 2003.
- BECKER, D.F.; BANDEIRA, P.S. (Orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. Coleção Desenvolvimento Local-Regional.
- BECKER, D.F. (org.). *Desenvolvimento sustentável - necessidade ou possibilidade?* 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- _____. (org.). *Desenvolvimento sustentável - necessidade ou possibilidade?* 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- _____. A economia política do des (envolvimento) regional contemporâneo. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 3, p. 35-59, set/dez. 2002.
- BOISIER, S. Modernidad y territorio. *Cuadernos del ILPES*, Santiago de Chile, n. 42, 1996.
- CARR, E. Recompensas terrenas. *Revista Exame*, São Paulo, n. 26, ed. 704, p. 38, 1999.
- COHEN, D. Empresa e sociedade. *Revista Exame*, Edição Especial: A Empresa do Novo Milênio, fasc. V, p. 88, 2000.
- DONNELLY, J.H.; GIBSON, J.L.; IVANCEVICH, J.M. *Administração princípios de gestão empresarial*. 10. ed. Portugal: McGraw-Hill, 2000.
- DUARTE, G.D.; DIAS, J.M. *Responsabilidade Social: A Empresa Hoje*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ETHOS – Instituto de Empresas e Responsabilidade Social. *Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial*, p. 50, jun. 2001. Disponível: em <<http://www.ethos.org.br.htm>>. Acesso em 10 de jun. 2003.
- FRANCO, A. *O papel do Terceiro Setor e da empresa privada na Reforma do Estado*. Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado. Brasília: Mare, 1998. Disponível em <<http://www.mare.gov.br>>. Acesso em 30 de maio 2004.
- FREITAS, M.E. Contexto Social e Imaginário Organizacional Moderno. *Revista de Administração de Empresas*, v. 40, n. 2, p. 6-15, abr./jun. 2000.

- FROES, C.; NETO, F. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. *Código de ética*. Disponível em <<http://www.gife.org.br/etica.asp>>. Acesso em 27 de jul. 2003
- FOGUEL, S. Balanço social: a essência e a benemerência. *Folha de São Paulo*, Caderno Negócios, p. 2, 23 de jun. 1997.
- GIL, A.C. Redes Corporativas Regionais e Governança. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 3, p. 61-84, set/dez. 2002.
- GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciacion de espacios de desarrollo: un esquema de analisis para el desarrollo local. In: *Estudios Territoriales*, Madrid, n. 24, 1987.
- GONÇALVES, E.L. (org). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980.
- HUMMES, Dom C. O balanço social das empresas. *O Estado de São Paulo*, Seção Espaço Aberto, p. A-3, 03 de nov. 1999.
- MARTON, R.A. *Terceiro Setor*. Disponível em <<http://www.terceirosetor.org.br>>. Acesso em 30 de maio 2003.
- MATIAS, A.J. A responsabilidade das empresas. *Gazeta Mercantil*, Seção Opinião, p. A-2, 30 de set. 1999.
- McINTOSH et al. *Cidadania Corporativa*: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MONTANA, P.J.; CHARNOV, B. *Administração*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- PEREIRA, A. *Guia Prático de Utilização do SPSS – Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia*. 4. ed. Lisboa: Silabo, 1999.
- RABAÇA, C.A. Empresas socialmente responsáveis. *Jornal do Brasil*, p. 11, 07 de jan. 2002. Disponível em <<http://www.ethos.org.br/htm>>. Acesso em 15 de jun. 2003.
- RATTNER, H. *O Terceiro Setor e a luta por democracia e justiça social*. Disponível em <<http://www.terceirosetor.org.br>>. Acesso em 30 de maio 2003.
- RIOLI, V. Balanço social. *Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro, p. 2, 16 de jul. 1997.
- SAFATLE, A. As Boas Ações. *Carta Capital*, p. 68-70, nov. 2000.
- SANTOS, B.S. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado. *Anais*. Brasília: Mare, 1998. Disponível em <<http://www.mare.gov.br>>. Acesso em 30 de maio 2003.
- SARRACENO. D. O Papel do Terceiro Setor na Questão do Desenvolvimento Regional. *Caderno de Análise Regional*, Salvador, UNIFACS, p. 45-58, ago. 2003.

- SILVEIRA DE MENDONÇA, R.R. *A Gestão Integrada e as Dimensões da Responsabilidade Social: uma proposta de instrumento de avaliação*. Rio de Janeiro, UFF, 2002. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense, 2002.
- SINGER, P. Conjuntura e Desenvolvimento. In: _____. *Desenvolvimento e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SOUZA, H. Balanço social: voluntário ou obrigatório? *Folha de São Paulo*, Caderno Tendências & Debates, p. 1-3, 07 de abr. 1997.
- STONER, J.A.F.; FREEMAN, R.E. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1985.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Pirámide, 1988.
- SROUR, R.H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- VILELA, M. Respeito e responsabilidade social. *Folha de São Paulo*. p. 1-3, 26 de jul. 1999.
- WERHAHN, P.H. O empresário: a sua função econômica e responsabilidade sócio-política. *Papers da Fundação Konrad Adenauer Stiftung*, São Paulo, n. 23, 1995.